



ANEXO I



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
9º BATALHÃO LOGÍSTICO
“BATALHÃO CIDADE DE SANTIAGO”

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO Nº 05/2022

1. DO OBJETO

1.1. Cessão de uso, a título oneroso, de parte da benfeitoria utilizada como atividade de apoio de uma cantina ao 9º Batalhão Logístico na Avenida Aparicio Mariense, 345, Vila Nova, Santiago/RS, CEP 97.714-153, cadastrada no Exército sob o código PN RS 03-0213, com sala medindo 57,5 m2 (cinquenta e sete virgula cinco metros quadrados), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

1.1.1. As características físicas da área constam do LAUDO DE AVALIAÇÃO Nr 008/2022- 4º Grupamento de Engenharia, apêndice “A” a este documento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	TAXA MENSAL
1	Cessão de uso de sala para uso comercial, 57,5 m2 (cinquenta e sete virgula cinco metros quadrados)), localizada na benfeitoria codificada como PN RS 03-0213 (9º B Log), para a prestação de serviços inerentes às atividades de apoio de uma Cantina, conforme documentação anexa ao Edital, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis até o limite de 60 (sessenta) meses.	Unidade	R\$ 915,61

1.2. A licitação será realizada em grupo único, conforme tabela abaixo, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.2.1. Itens a serem comercializados pela Cessão de Uso - Cantina:

Nr	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	VALOR TOTAL
1	ÁGUA MINERAL COM GÁS	Água mineral gaseificada servida em embalagem de 500ml.	1	R\$ 2,83
2	ÁGUA MINERAL SEM GÁS	Água mineral não gaseificada servida em embalagem de 500ml	1	R\$ 2,67
3	CAFÉ 150 ML	Café expresso, servido quente em copo de 150ml.	1	R\$ 4,83
4	CAFÉ COM LEITE	Café expresso com leite, servido quente em copo de 200ML.	1	R\$ 5,17
5	EMPADA	Empada de recheada com carne bovina ou de frango, peso mínimo 350 gramas.	1	R\$ 6,00
6	MISTO QUENTE	Sanduíche com duas fatias de pão de forma, presunto, duas fatias de queijo e maionese.	1	R\$ 6,97
7	PASTEL ASSADO	Pastel com recheio de carne bovina moída ou frango desfiado, peso mínimo 350 gramas	1	R\$ 7,17



8	PICOLÉ DE FRUTA	Picolé de frutas, servido gelado, sabores diversos, peso mínimo 65 gramas.	1	R\$ 4,17
9	REFRIGERANTE LATA	Refrigerante em lata de 350ml	1	R\$ 5,33
10	PASTEL DE FRANGO	Pastel frito recheado com carne de frango desfiada, peso mínimo 350 gramas	1	R\$ 7,00
11	PASTEL DE CARNE	Pastel frito recheado com carne bovina moída, peso mínimo 350 gramas	1	R\$ 7,17
Valor total grupo:				R\$ 59,30

1.3. A presente contratação adotará como regime de execução como Cessão de uso para exercício de atividade de apoio, a título oneroso, mediante contrato, ao 9º Batalhão Logístico, com base no artigo 24, da Portaria DEC/C Ex nº 200/2020 (EB50-IR04.003), e terá o valor de R\$ 915,61 (**novecentos e quinze reais e sessenta e um centavos**). Os serviços atinentes à execução das atividades de apoio prestadas pelo cessionário (lanchonete) são comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

1.4. O prazo de vigência do contrato é de 12 (meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.5. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL** do grupo, observadas as exigências contidas neste documento.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Cessão de uso faz-se necessária para atender aos interesses da Administração e possibilitar a prestação do serviço de atividade de apoio de uma cantina em atendimento aos militares do 9º Batalhão Logístico.

2.2. A Cessão de Uso em foco configura-se em exercício de atividade de apoio necessária aos militares do 9º Batalhão Logístico, durante o período de expediente normal com a possibilidade de ser estendido, de acordo com o previsto no Art. 12 do Dec. nº 3.725, de 10/01/2001. A Cessão de Uso da área evitará que a benfeitoria fique ociosa, encarecendo os custos de manutenção.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço para exercício de atividades de apoio, a título oneroso, mediante contrato, visando dar suporte às atividades do 9º Batalhão Logístico, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Cessionária e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada. Os serviços atinentes à execução das atividades de apoio prestadas pelo cessionário (restaurante e lanchonete) são comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Poderá ser exigido do licitante, comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e habilitados disponíveis para a execução do serviço objeto da licitação, bem como da qualificação do produto.

5.1.2. Serviço continuado.

5.1.3. Deverá ser exigido comprovação de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução do serviço objeto da licitação, conforme exigido nesse Termo de Referência.

5.1.4. Duração inicial do contrato após homologação do Certame Licitatório será de 12 meses.

5.1.5. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.1.6. A quantidade estimada de deslocamentos não é o caso da Cessão de Uso.

5.1.7. As obrigações da Cessionária e Contratante estão previstas neste TR.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por militar designado do 9º Batalhão Logístico, de segunda a quinta-feira, das 09:45 hs às 11:30 hs e das 13:45 hs às 16:00 hs, e nas sextas-feiras das 08:00 hs às 11:25 hs, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (55) 3251-4316 (Seção de Aquisições Licitações e Contratos)

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.4. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. As atividades de apoio pela cessão de uso destinar-se-ão ao atendimento das necessidades da OM cedente e de seus servidores;

7.1.2. Em hipótese alguma poderá haver transferência do contrato de cessão de uso; e,

7.1.3. A execução dos serviços será iniciada no primeiro dia do mês subsequente ao da assinatura do Termo de Contrato, assinados pela Cedente e Cessionário, ou, caso solicitado pela cessionária antes da assinatura do contrato, no primeiro dia do segundo mês subsequente ao da assinatura do Termo de Contrato.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

8.1. Compete ao Fiscal do Contrato promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos § 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993:



8.2. O valor da Taxa Mensal para a localidade foi retirado do Laudo de Avaliação nº 08/2022 para área 57,5 m² do imóvel, do 4º Grupamento de Engenharia, de 31 de março de 2022, que será de R\$ 217,50 (duzentos e setessete reais e cinquenta centavos).

8.3. O valor de contribuição para o pagamento de taxas de despesas de energia elétrica, água, esgoto será de R\$ 698,11 (seiscentos e noventa e oito reais e onze centavos), nos termos do Laudo de Avaliação Nº 08/2022 do 4º Grupamento de Engenharia, anexo ao Edital.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Cessionária, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3. Notificar a Cessionária por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.4. Manter um arquivo completo e atualizado de toda a documentação pertinente ao Contrato, incluindo correspondências e relatórios dos serviços prestados;

9.5. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas observadas. As decisões e providências que ultrapassem a sua competência deverão ser solicitadas ao CESSIONÁRIO, por escrito, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

9.6. Verificar de modo sistemático o cumprimento das disposições do Contrato, bem como das ordens complementares emanadas pela Fiscalização Administrativa do 9º Batalhão Logístico;

9.7. Inspecionar periodicamente os serviços e comunicar por escrito qualquer providência a ser tomada pelo CESSIONÁRIO;

9.8. Fazer cumprir o horário de funcionamento de 01 (uma) Cantina, de acordo com a conveniência da CEDENTE, observado os horários pré-determinados;

9.9. Aprovar ou vetar o ingresso ou permanência de funcionários da licitante vencedora, ou de usuários considerados inconvenientes pela Administração, mediante justificativa por escrito;

9.10. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da Cessionária que embarace ou dificulte a ação da Fiscalização ou cuja presença no local dos serviços seja considerada prejudicial ao andamento dos trabalhos;

9.11. O Relatório de Serviços será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes à execução dos serviços, indicações sobre a necessidade de trabalho adicional, irregularidades e providências a serem tomadas pela cessionária e fiscalização;

9.12. A cessionária deverá facilitar por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização, bem como atender prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas, ou, em caso de impossibilidade, justificar por escrito;

9.13. A comunicação entre a fiscalização administrativa e a cessionária será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços; e

9.14. Fiscalizar os preços praticados pelo cessionário se estão de acordo com os valores constantes nos termos de sua proposta, e o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Cessionária, de acordo com as cláusulas contratuais.

9.15. Não praticar atos de ingerência na administração, tais como:

- 9.15.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 9.15.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas; e
- 9.15.3. Considerar os trabalhadores da Cessionária como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 9.15.4. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 9.15.5. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos produtos oferecidos.
- 9.15.6. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10. OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

- 10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Cessionária, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 10.5. Prestar o serviço no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato e comprovar experiência na área de serviços de Alimentação;
- 10.6. A Cessionária dará início ao exercício das atividades na área no primeiro dia do mês subsequente ao da assinatura do Termo de Contrato, assinados pela Cedente e Cessionário, ou, caso solicitado pela cessionária antes da assinatura do contrato, no primeiro dia do segundo mês subsequente ao da assinatura do Termo de Contrato.
- 10.7. A Cessionária manter-se-á funcionando exclusivamente dentro da área cujo uso é permitido no horário de 07:30 horas às 17:30 horas de segunda as quintas-feiras, e de 07:30 horas às 12:30 horas nas sextas-feiras, nos dias de expediente da Organização Militar. Havendo interesse da cessionária de manter em funcionamento em horários ou dias diferente do acima exposto, a mesma deverá solicitar por escrito para o Comando da Organização Militar, que decidirá se autoriza ou não o prolongamento do tempo de funcionamento, levando em consideração o interesse da OM e outras questões pertinentes.
- 10.8. Explorar corretamente o imóvel, oferecendo serviço de atendimentos próprios de uma lanchonete, obedecendo às instruções da Fiscalização;
- 10.9. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus



funcionários não manterão nenhum vínculo empregatício com o 9º Batalhão Logístico;

10.10. Como Cessionária será responsável por todos os encargos, ônus e obrigações comerciais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas na execução do objeto do Contrato;

10.11. Durante a vigência do Contrato, a Cessionária, deverá cumprir rigorosamente todas as suas Cláusulas, bem como todas as normas e instruções definidas no presente Edital;

10.12. As instalações consideradas de natureza móvel, ao término do Contrato ou rescisão contratual, poderão ser retiradas, porém as outras, de natureza aderente e permanente ao solo, serão incorporadas ao prédio, sem qualquer indenização;

10.13. Prestar toda a assistência técnico-administrativa necessária junto à fiscalização, verificando discrepâncias, esclarecendo dúvidas, estabelecendo prioridades, enfim, mantendo todos os entendimentos capazes de conduzir o perfeito andamento dos serviços

10.14. Conduzir os trabalhos de acordo com as normas técnicas e de segurança no trabalho, bem como cumprir e fazer, por seus funcionários e prepostos, a legislação federal, estadual e municipal e as demais normas, postura administrativa, instruções e ordens aplicáveis aos serviços em geral;

10.15. Acatar as instruções da Fiscalização e providenciar as alterações por ela determinadas;

10.16. Encerrar, de imediato, qualquer atividade que esteja sendo exercida e que venha a ser proibida por órgão competente;

10.17. A Cessionária apresentará, quando da assinatura do contrato de cessão de uso, relação nominal com respectiva identificação e qualificação dos funcionários que trabalharão na prestação dos serviços, inclusive os terceirizados, dando-se conhecimento prévio ao fiscal do contrato das alterações advindas de eventuais substituições, exclusões ou inclusões;

10.18. Admitir, manter e dirigir, sob sua inteira responsabilidade, o pessoal capacitado e necessário à execução dos trabalhos, em todos os níveis, devidamente identificados, cadastrados, uniformizados e/ou portando crachá;

10.19. Substituir dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o funcionário e qualquer outro elemento do seu quadro de pessoal, cuja permanência no local dos serviços seja considerada inconveniente pelo Cedente;

10.20. Promover às suas expensas, o controle tecnológico dos materiais aplicados e dos serviços executados, em conformidade com a legislação em vigor;

10.21. Realizar semestralmente a dedetização e a desratização das dependências concedidas através do Contrato, por intermédio de empresa com reconhecida capacidade técnica para tal finalidade;

10.22. Comunicar ao fiscal de contrato, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, o período em que a Cantina ficará fechada para a realização dos serviços mencionados no item precedente;

10.23. Sob nenhum pretexto será admitida a transferência de responsabilidade da Cessionária para outras entidades;

10.24. Os mobiliários e equipamentos a serem instalados pela Cessionária deverão ser especificados previamente e aprovados pela Cedente, considerando a segurança das instalações prediais e a economia dos recursos disponíveis (elétricos e hidráulicos);

10.25. Não sublocar a área a terceiros ou ceder a mesma;

10.26. Só retirar qualquer equipamento e/ou móveis do local do serviço, quando devidamente informado ao fiscal de contrato e com concessão da autorização pela Fiscalização para tal feito;

10.27. Alertar, por escrito e com antecedência ao fiscal de contrato qualquer anormalidade da dependência e das instalações, que possa trazer riscos à segurança dos usuários;

10.28. Tomar todas as providências necessárias à segurança de pessoal e bens utilizados nos serviços,



promovendo os seguros exigidos pela legislação vigente e apresentando os respectivos comprovantes à Fiscalização;

10.29. Arcar com as despesas de aluguel, consumo de água e energia elétrica, conforme os itens 1.1, 1.3, 8.2 e 8.3, deste Termo de Referência;

10.30. Recolher as importâncias referentes às multas que lhe forem aplicadas, via Guia de Recolhimento da União, emitidas pela Fiscalização Administrativa do 9º B Log;

10.31. Afixar em local visível o alvará de licença, bem como manter no local a relação nominal dos funcionários acompanhada do atestado de saúde dos mesmos;

10.32. Sempre que se verificar a ocorrência de danos em quaisquer das instalações do Cedente, em decorrência da execução dos serviços, caberão ao Cessionário todas as providências necessárias à sua plena restauração;

10.33. A Cessionária se compromete a executar pinturas internas dos ambientes objetos da cessão ao final dos 12 (doze) meses de serviço, ou a pedido da Cedente, quando o aspecto higiênico assim o exigir;

10.34. Para que possa ser franqueado o acesso às dependências dos serviços aos funcionários do Cessionário, deverá o mesmo apresentar à Fiscalização, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, uma relação contendo seus nomes completos e respectivos números de documento de identidade;

10.35. Na eventual possibilidade de substituição de funcionários durante o período de execução dos serviços, deverá a Cessionária informar ao fiscal de contrato, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, por escrito, o(s) nome(s) e número(s) de documento de identidade do(s) funcionário(s) substituído(s) e substituto(s);

10.36. Responsabilizar-se pela manutenção das instalações prediais, elétricas e hidráulicas da área cedida, devendo mantê-las permanentemente em ótimo estado de limpeza, conservação e apresentação, com a pintura de toda área interna durante o tempo de ocupação até o término do Contrato;

10.37. O Cessionário será responsável pela limpeza diária da Cantina, objeto do Contrato, mantendo os locais sempre limpos;

10.38. O Cessionário responderá civilmente pelos atos praticados durante a vigência do Contrato;

10.39. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas pela Lei de Licitações em vigor;

10.40. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus funcionários no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do 9º B Log;

10.41. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas ao serviço, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

10.42. A Cessionária não receberá qualquer subsídio da Cedente relativo aos serviços prestados;

10.43. A inadimplência da licitante acerca dos encargos não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do 9º Batalhão Logístico, nem os onerar, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o Exército Brasileiro;

10.44. Disponibilizar funcionário, para o bom atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, demissão e outros análogos, devidamente qualificado para o atendimento durante o funcionamento da Cantina;

10.45. Desocupar, de imediato com prazo prorrogável em até 72 (setenta e duas) horas, a área licitada, restituindo-a em perfeitas condições de uso, quando findo, dissolvido ou rescindido o contrato;

10.46. Os preços a serem praticados na execução dos serviços de cantina e artigos a serem



comercializados pelo cessionário deverão estar de acordo com os valores de referências dos itens a serem comercializados indicados neste Termo de Referência, Item 1.2.1.

10.47. Os demais itens deverão estar compatíveis com os preços praticados no mercado local, não se admitindo em hipótese alguma, preços superfaturados, fora da realidade do mercado, dentre outros.

10.48. O fiscal de contrato verificará mensalmente tais preços dos serviços e artigos em gerais praticadas pelo cessionário;

10.49. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Cessionária com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Cessionária, de seus funcionários, prepostos ou subordinados;

10.50. Atender a Resolução CONAMA nº 20, de 07 de dezembro de 1994, e legislação correlata, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;

10.51. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a Cessionária deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, em até 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

10.52. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

10.53. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

10.54. Paralisar, por determinação da fiscalização, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.55. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

10.56. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.57. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação

10.58. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.59. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

10.60. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

10.61. Atender legislações vigentes para o serviço de alimentação:

10.61.1. RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para o Serviço de Alimentação

10.61.2. Demais legislações vigentes para o estabelecimento

- 10.62. Treinar e capacitar periodicamente os funcionários em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;
- 10.63. Fornecer aos funcionários os equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários para a execução de serviços;
- 10.64. Providenciar a instalação dos equipamentos, móveis e utensílios necessários à prestação dos serviços, assim como dos equipamentos de segurança necessários, de acordo com as normas oficiais;
- 10.65. Obter e manter válidas todas as autorizações e licenças concedidas pelo poder público para o exercício da atividade objeto do presente instrumento;
- 10.66. Afixar, em local visível na entrada do estabelecimento, a tabela de preços;
- 10.67. Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS);
- 10.68. É vedada a comercialização dos seguintes alimentos: bebidas de alcoólicas e produtos à base de tabaco como cigarros, charutos ou cigarrilha, todo e qualquer tipo de medicamento, além de, produtos relacionados a quaisquer tipos de jogos de azar, além de outros produtos não relacionados à atividade de cantina.
- 10.69. A contratante poderá determinar a suspensão da venda de toda e qualquer mercadoria ou produto, quando julgar inconveniente, ou que comprometa a incolumidade da saúde, contrarie o interesse público ou legislações vigentes, ou ainda, quando julgar inconveniente ao interesse público e à sua imagem.
- 10.70. Deverão ser oferecidos diariamente, todos os itens constantes na tabela;
- 10.71. O serviço de lanchonete deverá dispor, em sachês individuais, açúcar, adoçante artificial e molhos (ketchup, mostarda, maionese, pimenta, etc.), atentando-se ao prazo de validade dos mesmos;
- 10.72. Deverão ser utilizados utensílios devidamente higienizados (pegador de alimentos, garfos) e/ou guardanapos de papel para manusear
- 10.73. Manter, no mínimo, 01 (um) colaborador específico para atendimento da Cantina.
- 10.74. A CONTRATANTE não se responsabiliza pela segurança dos materiais e produtos disponíveis na Cantina, ficando sob responsabilidade da CONTRATADA a implantação de dispositivos que garantam a sua integridade;

11. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 11.1. É de responsabilidade da cessionária a aquisição de todos os equipamentos e utensílios necessários para a realização das atividades que compõem o objeto desta licitação, desde o preparo à distribuição, como:
 - 11.1.1. Estufa;
 - 11.1.2. Balcão Caixa;
 - 11.1.3. Balcão Refrigerado;
 - 11.1.4. Freezer;
 - 11.1.5. Geladeira;
 - 11.1.6. Fogão Industrial (se necessário);
 - 11.1.7. Chapas para Lanches;
 - 11.1.8. Fornos Micro-ondas para aquecer lanches;



- 11.1.9. Fritadeira Elétrica (se necessário);
- 11.1.10. Liquidificadores;
- 11.1.11. Processadores de Alimentos (se necessário);
- 11.1.12. Expositores;
- 11.1.13. Mesas e Cadeiras;
- 11.1.14. Estantes em Inox para Estocar Alimentos (se necessário);
- 11.1.15. Vitrine Fria; e
- 11.1.16. Outros Móveis e utensílios necessários.

12. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 12.1. O(a) CESSIONÁRIO(A) deverá oferecer todos os itens especificados na tabela constante do item 1.2.1 deste Termo de referência, que constituem o cardápio mínimo a ser comercializado na lanchonete.
 - 12.1.1. O valor máximo dos produtos contantes no item 1.2.1 deverá ser o da proposta apresentada pelo licitante;
- 12.2. O desconto ofertado nos itens deverá ser repassado a os usuários, sendo que os valores só poderão ser reajustados/corrigidos após 12 (doze) meses, a contar da assinatura do Contrato, com base na variação acumulada do IPCA/IBGE (índice oficial de monitoramento da inflação no Brasil).
- 12.3. Os valores só poderão ser reajustados antes desse prazo em razão da elevação do custo dos insumos no curso normal da economia, desde que sejam apresentados comprovantes e após confirmação da veracidade pelo Fiscal de Contrato da CEDENTE.
- 12.4. Poderão ser ofertados outros itens não constantes do cardápio mínimo, ficando o(a) CESSIONÁRIO(A) livre para praticar o preço desejado, desde que estejam em consonância com os preços praticados no mercado local.
- 12.5. Os usuários serão atendidos mediante o pagamento do preço correspondente ao produto no caixa, em moeda corrente, podendo ser o mesmo efetuado através de:
 - 12.5.1. Dinheiro;
 - 12.5.2. PIX;
 - 12.5.3. Cartões de Débito ou Crédito – a critério da(o) CESSIONÁRIA(O).
 - 12.5.4. Outras formas de pagamento a critério da(o) CESSIONÁRIA(O)
- 12.6. É de inteira responsabilidade da(o) CESSIONÁRIA(O) a cobrança de eventuais dívidas da parte dos militares e prestadores de serviço do 9º Batalhão logístico, eximindo-se a Administração do 9º Batalhão Logístico de tais cobranças.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 14.1. Não será admissível a fusão, cisão ou incorporação da Cessionária com outra pessoa jurídica.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993

15.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos § 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Cessionária ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.6. Durante a execução do objeto, o fiscal de contrato deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços e preços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CESSIONÁRIA a correção das falhas e irregularidades constatadas.

15.7. O fiscal de contrato deverá apresentar ao preposto da CESSIONÁRIA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.8. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CESSIONÁRIA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. A CESSIONÁRIA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela Administração, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.10. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, devem ser aplicadas as sanções à CESSIONÁRIA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.11. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A cessionária deverá realizar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O valor mensal da retribuição pelo uso da área objeto da cessão de uso será de 217,50 (dezentos e sezessete reais e cinquenta centavos), e vencerá no 5º dia útil do mês subsequente ao vencido, e será atualizado anualmente utilizando-se o IPCA/IBGE (índice oficial de monitoramento da inflação no Brasil),

com base na variação apurada, no período considerado. O atraso no pagamento mensal acarretará o pagamento de multa contratual onde o valor devido será atualizado monetariamente até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata tempore*, utilizando-se o IPCA/IBGE, acrescido de multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor mensal e juros de mora de **0,5 %** (zero vírgula cinco por cento) do valor da retribuição mensal, na qual incorrerá a parte que infringir qualquer cláusula deste contrato, com faculdade assegurada à cedente de dar por rescindida a cessão, independente de qualquer formalidade. A Cessionária deverá realizar o pagamento do referido valor mediante a Guia de Recolhimento da União (GRU) no Banco do Brasil – S/A, através do código nº 20804-3, na conta da UG (Unidade Gestora) 167421, Gestão 00001.

17.2. O valor de contribuição para o pagamento de taxas de despesas de energia elétrica, água, esgoto será 698,11 (seicentos e noventa e oito reais e onze centavos), nos termos do item 6.1.4, do Laudo de Avaliação Nr 08/2022 do 4º Grupamento de Engenharia, anexo ao Edital, que vencerá no 5º dia útil do mês subsequente ao vencido, e será atualizado anualmente utilizando-se o IPCA/IBGE (índice oficial de monitoramento da inflação no Brasil), com base na variação apurada, no período considerado. O atraso no pagamento mensal acarretará o pagamento de multa contratual de multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor mensal e juros de mora de **0,5 %** (zero vírgula cinco por cento) do valor da retribuição mensal, na qual incorrerá a parte que infringir qualquer cláusula deste contrato, com faculdade assegurada à cedente de dar por rescindida a cessão, independentemente de qualquer formalidade. A Cessionária deverá realizar o pagamento do referido valor mediante a Guia de Recolhimento da União (GRU) no Banco do Brasil – S/A, através do código nº 28886-1, na conta da UG (Unidade Gestora) 167059, Gestão 00001.

18. REAJUSTE

18.1. Decorrendo o decurso de prazo de 01 (um) ano da vigência do respectivo instrumento contratual, será procedido o reajuste em face do disposto nos Art. 2º e 3º da Lei 10.192/2001,

18.1.1. reajustando os preços de acordo com a variação do índice previsto neste Termo de Referência o IPCA/IBGE (índice oficial de monitoramento da inflação no Brasil), ou outro índice que venha substituí-lo, relativo ao período de um ano, contado a partir da data de vigência do contrato e dos termos aditivos.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CESSIONÁRIA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CESSIONÁRIA as seguintes sanções:

- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

- ii) **Multa de:**



- (1) Multa de 1 % (um vírgula cinco por cento) do valor da retribuição mensal, por cada dia de atraso em relação à data fixada para início da execução do objeto;
 - (2) Multa de 1 % (um por cento) do valor da retribuição mensal, por cada dia de interrupção da execução do objeto, até 03 (três) dias consecutivos;
 - (3) Multa de 2 % (dois por cento) do valor da retribuição mensal, por cada dia de interrupção da execução do objeto, a partir de 04 (quatro) até 10 (dez) dias consecutivos;
- 20.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos; e
- 20.4. As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial;
- 20.5. A cessionária excedendo o prazo limite para início da execução em até 10 (dez) dias fica arbitrada a multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor da retribuição mensal e cumulativamente com as demais sanções considerando-se rescindido o contrato a partir do 11º (décimo primeiro) de atraso;
- 20.6. Após o décimo dia será iniciada o procedimento para rescisão da cessão de uso;
- 20.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Cessionária ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 20.8. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 20.8.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 20.8.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 20.8.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;
- 20.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CESSIONÁRIA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 20.10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 20.11. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil;
- 20.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessário à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR



- 20.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa
- 20.15. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 20.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 21.1. Foram realizadas pesquisas de preços para definição dos valores de referências dos itens a serem comercializados pela cessão de uso – Cantina;
- 21.2. O valor-base da Taxa Mensal para a cessão de uso foi retirado do Laudo de Avaliação nº 08/2022 para área 57,5 m² do imóvel (cinquenta e sete virgula cinco quadrados), do 4º Grupamento de Engenharia, de 31 de março de 2022, constante do processo da referida cessão de uso.